

## LISTA DE PROPOSIÇÕES - DIA 03/07 - Tema: Esgotamento Sanitário

Conforme dita o Regimento Interno, a Mesa Técnica responsável pela Área Temática de Esgotamento Sanitário ouviu todas as propostas feitas pelos munícipes, em formato presencial e formulário online (entre os dias 03 e 13 de julho) e, após ponderação, ponderou a inclusão (ou não) dessas propostas, além da consolidação de proposições eventualmente similares, que possam ser agregadas para facilitar os trabalhos das Plenárias. Importante frisar que a Mesa Técnica foi cobrada no sentido de encontrar razões bem fundamentadas para a não inclusão de uma determinada proposta nas elegíveis para as Plenárias. As razões encontram-se, em grande parte, ombreadas por dispositivos legais, normas técnicas ou ainda por limitações na competência atribuída à Conferência Municipal de Saneamento Básico, que não pode invadir a competência de outros atores do Saneamento no Município.

Nº	Nome do Proponente	Apresentação	Proposição	Incluída como Proposição de Esgotamento Sanitário?	Justificativa
1	Eugênio Luiz Gonçalves; Pedro Henrique Simas; Mari Penteadó; Monica Duarte; Ana Luísa Kaminski	FORMULÁRIO ONLINE + PRESENCIAL	Revitalização de todos os rios de Florianópolis, com foco na recuperação e regeneração dos recursos hídricos, certamente teria impactos positivos na balneabilidade das praias e na qualidade dos aquíferos, destinando especial atenção a: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revitalização do Rio Sangradouro;</li> <li>• Revitalização do Rio Quincas;</li> <li>• Revitalização/despolição do Rio Córrego Grande;</li> <li>• Uso de plantas aquáticas despoluentes nos rios e lagos, lagoas, córregos;</li> <li>• Promoção de educação ambiental em todos os bairros e comunidades sobre os cuidados devidos com o entorno dos rios.</li> <li>• Elaboração de plano de saneamento e monitoramento da qualidade dos rios;</li> <li>• Implantação de programa de proteção e preservação dos rios, com foco no controle do lançamento dos esgotos domésticos.</li> </ul>	✓ SIM	
2	Marcelino Dutra	PRESENCIAL	Trazer a Drenagem Pluvial (microdrenagem) do Município para a mesma Secretaria que cuida do sistema de esgotamento sanitário.	✓ SIM	
3	Gregório Ivanoff	PRESENCIAL	Utilizar a tecnologia de Jardins Filtrantes para a recuperação de corpos d'água degradados, no modelo que está sendo aplicado na cidade de Recife	✓ SIM	
4	Gregório Ivanoff; Elsom Passos; Eduardo Moure	PRESENCIAL	Realizar os seguintes estudos que tratam de temas relacionados ao saneamento básico no Município: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo sobre sistemas de recarga de aquíferos;</li> <li>• Estudo de prospecção para captação de água subterrânea;</li> <li>• Estudo de proteção dos lençóis freáticos;</li> </ul>	✓ SIM	
5	Claudinei José Rodrigues	FORMULÁRIO ONLINE + PRESENCIAL	Elaboração de estudo de alternativas de disposição final dos efluentes tratados em cada sistema de esgotamento sanitário (SES), considerando as diferentes alternativas, conforme preconiza Decreto n. 21.689/20.	✓ SIM	
6	Eduardo Moure	PRESENCIAL	Criação de programas pedagógicos para desenvolver sistemas individuais	✓ SIM	
7	Eugênio Luiz Gonçalves	PRESENCIAL	Construção de uma ETE para o distrito do Pântano do Sul	✓ SIM	
8	Rodrigo de Pinho Franco	PRESENCIAL	Implementar programa de banheiros públicos	✓ SIM	
9	Rodrigo de Pinho Franco	PRESENCIAL	Implementar programas de subsídios de esgotamento sanitário nas ZEIS	✓ SIM	

10	Rodrigo de Pinho Franco	PRESENCIAL	Capacitação continuada da VISA e instituições correlatas	✓ SIM	
11	Rodrigo de Pinho Franco	PRESENCIAL	Implantação de pilotos de sistemas de tratamento de esgoto em áreas públicas para conscientização e educação	✓ SIM	
12	Jaison souza	FORMULÁRIO ONLINE	Implementação de uma política de regulamentação de caminhões limpa fossa que contemple locais adequados para descarte	✓ SIM	
13	Christoph Platzer	FORMULÁRIO ONLINE	Controle de sistemas de ETE descentralizadas por meio de soluções automatizadas, seguindo as seguintes premissas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Registrar todas as ETEs com suas coordenadas.</li> <li>• Obrigar os donos das ETEs a dar declarações juradas de conformidade do sistema.</li> <li>• Obrigar a entrega de um laudo periódico, conforme o tamanho do empreendimento;</li> <li>• Realizar análise automatizada do cumprimento;</li> <li>• Envio diário de relatório das ETEs que estão em desacordo com os parâmetros;</li> <li>• Realizar controles pontuais para verificar a veracidade das informações;</li> <li>• Aplicar multas proporcionais aos que não se adequarem;</li> </ul>	✓ SIM	
14	Eugênio Luiz Gonçalves	FORMULÁRIO ONLINE	Acompanhamento das metas financeiras, operacionais e técnicas por ETE de Florianópolis, com seus resultados disponibilizados no site do Titular dos Serviços, incluindo números de usuários atendidos.	✓ SIM	
15	Eugênio Luiz Gonçalves	FORMULÁRIO ONLINE	Atualização e divulgação periódica do índice de salubridade da cidade de Florianópolis, que reflète aspectos relacionados à saúde pública, saneamento básico, qualidade da água, etc., destacando a metodologia e os indicadores utilizados para calcular o índice.	✓ SIM	
16	Eugênio Luiz Gonçalves	PRESENCIAL	Discutir com os cidadãos sobre as políticas e concepção de esgotamento sanitário para a população participar das tomadas de decisão	✓ SIM	
17	Eugênio Luiz Gonçalves	FORMULÁRIO ONLINE	Divulgação do Balanço Hídrico da Lagoa do Peri, resultado de licitação da concessionária de água e esgoto, é uma medida importante para fornecer informações atualizadas sobre o estado da lagoa e o manejo dos recursos hídricos na região. Essa divulgação pode trazer transparência, prestação de contas e envolvimento da comunidade nas questões relacionadas à gestão da água.	+ NÃO	Esta proposição é referente à temática do Abastecimento de Água e foi enviada de maneira intempestiva, forçando sua recusa.
18	Lúcio José Bento	FORMULÁRIO ONLINE	Proposta. Decreto 48781/2004 Abertura das escolas para atividades educacionais em geral.	+ NÃO	A proposição carece de pertinência à temática e correlação com os objetivos da III Conferência Municipal de Saneamento Básico, que podem ser conferidos junto ao documento intitulado "Regimento Interno", que delinea as regras do evento, disponível na página destinada à Conferência.
19	Mônica Duarte (Córrego Grande)	PRESENCIAL	Criar comitês de despoluição dos rios de Florianópolis	+ NÃO	O controle social no processo de gestão do saneamento básico no Município, que se caracteriza como um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de planejamento, formulação e avaliação de políticas públicas se dá pelos seguintes instrumentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Municipal de Saneamento Básico (COMSAB) (Lei Municipal n. 7.474/07);</li> <li>• Conselho da Cidade (termos do Plano Diretor De Florianópolis e de sua regulamentação por ato do Poder Executivo);</li> <li>• Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA); (Lei Municipal n. 8.130/10);</li> <li>• Serviços de ouvidoria;</li> <li>• Audiências e consultas públicas;</li> <li>• Relatórios públicos de qualidade dos serviços.</li> </ul>

20	Deborah Jackelyne Silva	FORMULÁRIO ONLINE	Testagem SES em projetos aprovados: liberar a documentação final do empreendimento só após realizar testagem do sistema de esgotamento sanitário do empreendimento	+ NÃO	Não existe possibilidade de testar eficiência de uma ETE antes de iniciar sua operação. Pode-se analisar o projeto, coisa que a prefeitura já faz. A VISA Só concede alvará sanitário e posterior Habite-Se Sanitário para ETES devidamente homologadas e que tiveram sua eficiência comprovada. Posteriormente cabe ao Município através dos órgãos fiscalizadores o acompanhamento da eficiência (Pegar IN da VISA que define os critérios de homologação)
21	Eugênio Luiz Gonçalves	FORMULÁRIO ONLINE	Reter no Município parte da tarifa cobrada pela concessionária equivalente ao serviço não prestado. Pode ser realizado a partir do mapeamento da rede, índice de ligações à rede, resultados dos testes de eficiência das estações de tratamento, bem como uma estimativa de quanto de esgoto é gerado por habitante versus a capacidade de tratamento atualmente em operação pela CASAN.	+ NÃO	O Decreto nº 7.217/2010, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico diz: Art. 10 - A remuneração pela prestação de serviços públicos de esgotamento sanitário poderá ser fixada com base no volume de água cobrado pelo serviço de abastecimento de água;  e o Contrato de Prestação de Serviços (Contrato de programa) diz o seguinte: 5.9 - Os valores das tarifas dos serviços de água e esgoto prestados pela concessionária serão definidos pela AGÊNCIA REGULADORA, observado o que dispõe nos Arts 22 [...]  Ou seja, a Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura - TFDI, não é de competência da Prefeitura Municipal definir tarifa ou estrutura tarifária, a qual tem sua Metodologia de cálculo definida pela Agência Reguladora, e define que o valor é cobrado pela disponibilidade, e não necessariamente pela efetiva ligação, fiscalização esta que deve ser realizada de modo a garantir que todas edificações estão conectados à rede de esgoto.  Não haveria aplicação viável identificar imóveis sem ligação de esgoto à rede pública e, ao invés de emitir notificação para que a ligação fosse realizada, reter a tarifa da Concessionária.
22	Eugênio Luiz Gonçalves	PRESENCIAL	Condicionar novas construções nas regiões atendidas por ETE à capacidade de atendimento existente das respectivas ETE para expansão	+ NÃO	Não Aplicável. Sistemas de tratamento individuais são aceitos pela Legislação e Normas Técnicas.
23	Henrique Pimont	PRESENCIAL	PMISB precisa considerar o Plano Diretor do Município em sua concepção	+ NÃO	O Plano Diretor já prevê, no seu Art. 32, que a gestão do saneamento básico do Município seja definida pela Política Municipal de Saneamento Básico e seus instrumentos: I - Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico; II - Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos; e III - Plano Diretor de Drenagem Urbana.
24	Eugênio Luiz Gonçalves	PRESENCIAL	Condicionar novas construções nas regiões atendidas por ETE à capacidade de atendimento existente das respectivas ETE para expansão	+ NÃO	Não Aplicável. Sistemas de tratamento individuais são aceitos pela legislação e Normas Técnicas.
25	Elsom Passos	PRESENCIAL	Rever: 1) as metas do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico para reforçar a implementação de SES coletivo e 2) as ações relacionadas aos sistemas individuais no lote.	+ NÃO	Diferentemente do caso da II Conferência, a revisão das metas do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico não está incluída no rol de objetivos da III Conferência, conforme pode ser atestado no Regimento Interno.

26	Gregório Ivanoff	PRESENCIAL	Revisão do modelo de Gestão da Casan	+ NÃO	Proposição declinada em razão da falta de fundamentação sobre o modelo de gestão que seria a alternativa ao modelo atual.
27	Sonia Machado	FORMULÁRIO ONLINE	Ampliação dos serviços de Água e Esgoto	+ NÃO	A expansão do atendimento referente aos serviços de esgotamento sanitário na cidade é um objetivo que prescinde de demonstração técnica ou de sua relevância. Não escapa ao Município, que é titular desse serviço, a necessidade de ampliação de sua capacidade. Entretanto, é importante frisar que a colocação em prática de tais planos não depende apenas de um comando legal ou um direcionamento, mas também de estruturação de um corpo técnico, de estudos de viabilidade física da empreitada e disponibilidade de caixa da concessionária dos serviços. Reitera-se a importância do pleito, mas dada a percepção que essa necessidade é tácita e subentendida, enxerga-se como redundante a colocação desse tema em votação.
28	Gregório Ivanoff	PRESENCIAL	Apresentar indicadores de desempenho de tratamento de sistemas no lote e correlacioná-los com indicadores de saúde	+ NÃO	A proposta, embora meritória, esbarra em dois problemas cruciais, assim avaliados pela Mesa Técnica: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Existe uma flagrante inviabilidade técnico-financeira caso a empreitada desejada seja posta em prática. Atualmente, o recolhimento dos lodo em sistemas individuais é feito por caminhões limpa-fossa, contratados para fazer a coleta de vários sistemas individuais em uma só jornada. Coletar o lodo de vários sistemas individuais em uma só jornada impossibilitaria a avaliação de um sistema individual por vez, e conseqüentemente sua eficiência. Seria necessário, portanto, que o Poder Público disponibilizasse equipes com material específico para fazer as coletas e, posteriormente, levasse à análise laboratorial (que também tem seu custo) e extrair ainda avaliação estatística dos resultados. Ainda que essa empreitada operasse por amostragem, por qualquer critério que seja, os recursos escassos do Setor Público, em termos de pessoal e de verbas, faria com que essa empreitada desviasse homens/hora vitais em outros serviços como, por exemplo, a fiscalização da regularidade das ligações domiciliares à rede de esgoto.</li> <li>• Ainda que todo esse esforço fosse levado adiante e reforçasse que indicadores positivos de eficiência de saneamento resultam em melhores índices de saúde, a Mesa Técnica entende que esse ponto já é pacificado, através de vasta literatura acadêmica, consolidada ao longo do último século. Desta feita, o esforço técnico-financeiro seria de monta imprópria para o resultado prático que seria alcançado.</li> </ul>